

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 967/2020 - 2º TURNO DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 967/2020 que “Altera a Lei nº 9.041 de 14 de janeiro de 2005, que Concede benefício fiscal ou auxílio para os casos que menciona e dá outras providências.” de autoria de Fernando Borja, quando vereador, e outros, foi examinado pelas Comissões de Legislação e Justiça, de Saúde e Saneamento, de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário e de Orçamento e Finanças Públicas recebendo parecer pela sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade na primeira, sendo aprovado na Comissão de Desenvolvimento e perdendo prazo de apreciação nas outras duas. Tendo sido votado e aprovado em primeiro turno de votação, foi apresentada emenda ao projeto de lei em tela.

Iniciado o segundo turno, o momento oportuno para apreciação dessa espécie de proposição, vem a Emenda Substitutiva nº 1 de autoria do Vereador Gabriel a esta Comissão de Legislação e Justiça, em conformidade com os trâmites regimentais para receber parecer jurídico.

Designado relator, passo a analisar a proposição nos exatos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Emenda Substitutiva nº 1 de autoria do Vereador Gabriel apresentada ao presente projeto de lei altera o artigo 2º do PL 967/2020 nos seguintes termos: "Art. 2º- Esta Lei entra em vigor 15 dias após a data de sua publicação". Ou seja, a lei deixa de entrar em vigor na data da sua publicação e passa a vigorar após 15 (quinze) dias da mesma.

A análise e consequente parecer jurídico a ser exarado por esse relator deve observar a juridicidade das proposições postas a exame sob o aspecto de sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Analisando a juridicidade da referida emenda substitutiva sob o aspecto de constitucionalidade da emenda em questão vemos que está em conformidade com a Carta da República.

Como é uma alteração apenas do prazo de entrada em vigor, a mesma em nada interfere na estrutura jurídica constitucional da norma. Tal iniciativa legislativa está de acordo com a competência inserida no art.30, I da Constituição Federal.

No exame da juridicidade sob o aspecto da legalidade a emenda substitutiva segue no mesmo diapasão, não confrontando nenhuma legislação infraconstitucional.

Quanto a juridicidade no que pertine a regimentalidade não vislumbramos ofensa ao regimento interno na presente proposição legislativa.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda Substitutiva nº 1º ao Projeto de Lei nº 967/2020.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2020.



VEREADOR REINALDO GOMES
Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 2º TURNO

PROJETO DE LEI N. 1038/2020

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em segundo turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, a Emenda Substitutiva n. 1 ao Projeto de Lei n. 1038/2020, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor que “Confere nova redação ao parágrafo 1º do art. 1º” do Projeto de Lei em referência.

Após receber pareceres das Comissões a que foi distribuído, obedecendo assim ao Regimento Interno, o Projeto de Lei n. 1038/2020 foi aprovado em primeiro turno de discussão em reunião plenária. Tendo a proposta recebido emenda substitutiva, e sendo o segundo turno o momento oportuno para apreciação dessa espécie de proposição, conforme os dispositivos regimentais, voltou a proposta a esta Comissão de Legislação e Justiça para receber parecer.

Assim, devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora para a análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda Substitutiva n. 1 ao Projeto e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de Emenda que visa substituir o §1º, do art. 1º do Projeto de Lei n. 1038/2020, para incluir no texto originário as “manifestações das culturas indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”, em observância ao art. 215, §1º, da Constituição da República:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Neste sentido, o referido dispositivo passará a vigorar com a seguinte redação:

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 5/14/21
Hora: 14:19



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Parágrafo 1º - Considera-se artesanato o próprio trabalho manual, utilizando-se de matéria-prima natural ou de produção do artesão, ou aqueles feitos através de mecanização ou de processos coletivos, mas cujo objetos produzidos sejam manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição ou emenda corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto.

Dispõe o art. 30, inciso I, da Constituição da República: "*Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local;*".

E o art. 171, inciso I, alínea "d" da Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe: "*Art. 171. Ao Município compete legislar: I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:*".

Sendo assim, não vislumbro vício de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela constitucionalidade da Emenda Substitutiva n. 1.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que a Emenda Substitutiva n. 1 ao Projeto em tela está



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta qualquer violação à legislação vigente sobre o tema.

Vale observar que a extensão ao conceito de artesanato, para aqueles feitos através de mecanização ou processos coletivos, cujos objetos sejam manifestação de culturas indígenas, afro-brasileiras e outras, está em concordância com a Lei e apresenta redação mais adequada à realidade dos diversos grupos da cultura popular e étnica brasileira.

De tal modo, entendo pela legalidade da Emenda Substitutiva n. 1 apresentada ao Projeto de Lei n. 1038/2020.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade da Emenda Substitutiva n. 1 ao Projeto de Lei n. 1038/2020.

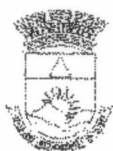
3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda Substitutiva n. 1 ao Projeto de Lei n. 1038/2020.

Belo Horizonte, 5 de abril de 2021.

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

RELATORA



PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 58/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 58/2021 de autoria do nobre Vereador Léo, que ***"Altera a Lei nº 8616/03, que contém o Código Municipal de Posturas do Município de Belo Horizonte"***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. 8 dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 58/2021 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 58/2021 alvo deste parecer, tem por objetivo alterar algumas disposições da Lei nº 8.616/2003, que trata do Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, mais precisamente no "Capítulo III, Da aplicação das penalidades" alterando prazos e estabelecendo outras medidas.

Em suma, o Autor do PL justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:



"O presente Projeto de Lei tem por objetivo assegurar aos administrados, de forma mais efetiva, a oportunidade de produzir provas que entender convenientes e apresentar defesa em processos administrativos.

A intimação pessoal, por via postal com aviso de recebimento, sem dúvida é a melhor forma de assegurar a certeza da ciência do ato recorrível. A intimação de decisões condenatórias efetuada via diário oficial afronta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, corolários do devido processo legal, que deve imperar, não só no âmbito judicial, mas, de igual modo, no processo administrativo, consoante assegurado pela Constituição Federal.

Assim deve ser observado o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, com a intimação pessoal do interessado, somente sendo possível a comunicação por meio de publicação oficial no caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido ou ainda sendo impossível cumprir, com prioridade a intimação pessoal."

Sem adentrar no mérito das questões que envolvem a análise das demais comissões desta casa, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional, legal e regimental**.

1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 58/2021.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles



oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada ***inconstitucionalidade por ação*** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma *compatibilidade vertical* das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, ***formal*** e ***material***.

Sob o ***aspecto formal***, as normas são criadas por autoridades incompetentes (***vício de iniciativa***) ou em desacordo com formalidades ou procedimentos estabelecidos para sua criação pela Constituição. Sob o ***aspecto material***, o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, afrontando o seu conteúdo material, que tratam da estrutura do Estado, da organização dos Poderes e dos direitos fundamentais.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 58/2021, primeiramente sob o foco da ***iniciativa*** para elaboração do mesmo.

No art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes, o qual também é celebrado pelo art. 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:



Art. 2º São Poderes da União, **independentes e harmônicos** entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. (grifo nosso)

Na Constituição de nosso Estado:

Art. 6º – São Poderes do Estado, **independentes e harmônicos** entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único – Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente na Constituição Federal.

Nestes termos, em análise ao Projeto **verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo**, respeitando assim o mencionado princípio.

Temos ainda que a matéria do presente Projeto **encontra respaldo** na **Constituição Federal**, mais precisamente em seu art. 30, I e VIII:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;



Perante a **Constituição do Estado de Minas Gerais**, temos que o PL 58/2021 **encontra fundamento** nos arts. 165, §§ 1º e 2º; 166, I; art. 169; art. 170, V e art. 171, I, "b";

Art. 165 – Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º – O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º – Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 166 – O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I – gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;

Art. 169 – O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:

b) o planejamento do uso, parcelamento e ocupação do solo, a par de outras limitações urbanísticas gerais, observadas as diretrizes do plano diretor;

Nestes termos, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a iniciativa, bem como por



estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 58/2021.

1.2) Da Legalidade

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as Leis, legitimando os atos da administração pública.

Os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas, devem ser congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal, estadual (Minas Gerais) e municipal.

Assim, por estar em observância ao nosso ordenamento jurídico pátrio, estadual e municipal, especialmente à **Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH**, art. 88, inciso II, no que tange as matérias de iniciativa privativa do Prefeito, devemos destacar que sob esse aspecto, o Projeto de Lei nº 58/2021 **não encontra quaisquer óbices ou incompatibilidades**.

Temos ainda que outro aspecto deve ser considerado na análise da legalidade. A lei também deve apresentar **caráter inovador**, ou seja, trazer novidade ao mundo jurídico, isto é, ser autorizada a criar regra nova de direito e a estabelecer direitos e obrigações aos indivíduos, sendo esse elemento essencial para definição de lei em seu sentido material:

“Se, por um lado, somente a lei pode inovar o ordenamento jurídico, por outro, ela só deve ser produzida se efetivamente se destinar a tal mister. Assim, uma norma que não inove o ordenamento jurídico, isto é, que não possua o atributo da novidade, será injurídica. Um exemplo é um projeto de lei que veicule comando idêntico a outro já previsto em uma lei. Tendo em vista já existir regra positiva sobre o assunto, a edição de nova norma jurídica é desnecessária, por não inovar o ordenamento.”



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
--------	-----

(OLIVEIRA, Luciano Henrique da Silva; Análise de Juridicidade de Proposições Legislativas)

O PL 58/2021 promove alterações nos arts. 322 e 323 da Lei 8.616/2003, trazendo inovações à mesma, cumprindo assim também esse requisito para o atendimento à legalidade:

Art. 322 - O infrator poderá recorrer em primeira instância no prazo de 30 (trinta) dias, contado da respectiva autuação.

Art. 323 - Da decisão condenatória caberá recurso em segunda instância, desde que interposto no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação.

Parágrafo único - A intimação para ciência da decisão se dará:

- I - por via postal com aviso de recebimento, ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado;
- II - mediante publicação oficial, quando haja interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, ou quando frustrada a intimação prevista no inciso 1.

Feitas essas considerações, verificamos que o Projeto de Lei nº 58/2021 não contraria a legislação vigente e inova o ordenamento jurídico municipal ao promover alterações na Lei 8.616/2003, que se consubstanciam em novidade na Lei atual.

Desta forma, assevero pela **legalidade** do Projeto de Lei nº 58/2021.

1.3) Da Regimentalidade

Ultrapassadas as questões anteriores, o Projeto de Lei nº 58/2021 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
--------	-----


preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa.

Por não apresentar quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, o PL 58/2021 é **regimental**.

2) CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer e voto são *pela* **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade** do Projeto de Lei nº 58/2021.

Belo Horizonte, 05 de março de 2021.


Vereador Jorge Santos
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 05/04/21
Hora: 14:17

PARECER EM 1º TURNO
PROJETO DE LEI N. 69/2021
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa o Projeto de Lei n. 69/2021, de autoria dos Vereadores Wesley e Irlan Melo, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Proteção e Promoção da Assistência aos animais no âmbito do Município de Belo Horizonte”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa instituir o Conselho Municipal de Proteção e Promoção da Assistência aos animais no âmbito do Município de Belo Horizonte, a ser composto por 15 (quinze) membros, nos termos do art. 2º, e cuja competência consiste na promoção de políticas públicas de proteção aos animais, conforme descrito no art. 5º da referida proposição.

Como justificativa expõe que “este é um instrumento através do qual se poderá agir em favor dos animais de maneira democrática, pois é composto de membros advindos de diversos segmentos da sociedade civil como entidades protetoras dos animais, conselhos, estudiosos, técnicos e de membros representantes do poder público”.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto.

Dispõe o art. 30, inciso I, da Constituição da República: "*Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local*".

Entretanto, verifica-se que padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, a proposição de lei, resultante de iniciativa parlamentar, que estabelece a criação organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública, uma vez que denota ingerência do Poder Legislativo no âmbito de atuação reservado ao Poder Executivo, constituindo ofensa ao princípio da separação de poderes, em violação ao disposto no art. 2º, da Constituição da República.

A iniciativa privativa das leis que disponham sobre atribuições ou estabeleçam obrigações a órgãos pertencentes à estrutura administrativa do Município compete ao chefe do Poder Executivo, conforme art. 66, III, "f", da Constituição Estadual:

"Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III - do Governador do Estado:

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;"

Considerando que as normas constitucionais que tratam de processo legislativo, principalmente as que versam sobre reserva de iniciativa de leis, são de observância obrigatória por parte dos Municípios, o que se vê é a existência de vício formal de iniciativa, representando evidente usurpação de competência do Chefe do Poder Executivo.

Pelo princípio da simetria, a competência privativa do Presidente da República/Governador do Estado deve ser reproduzida pela Lei Orgânica do Município prevendo competência privativa do Prefeito.

Determina o art. 165, § 1º, da Constituição Estadual: "*Art. 165 - Os Municípios do*



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil. § 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição."

Neste sentido, inclusive é o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

"É indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação" (STF, ADI 3.254-ES, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ellen Gracie, 16-11-2005, v.u., DJ 02-12-2005, p. 02).

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 10.238/94 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DESTINADO AOS MUNICÍPIOS. CRIAÇÃO DE UM CONSELHO PARA ADMIUNISTRAR O PROGRAMA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 61, § 1º, INCISO II, ALÍNEA 'E', DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. Vício de iniciativa, vez que o projeto de lei foi apresentado por um parlamentar, embora trate de matéria típica de Administração. 2. O texto normativo criou novo órgão na Administração Pública estadual, o Conselho de Administração, composto, entre outros, por dois Secretários de Estado, além de acarretar ônus para o Estado-membro. Afronta ao disposto no artigo 61, § 1º, inciso II, alínea 'e' da Constituição do Brasil. 3. O texto normativo, ao cercear a iniciativa para a elaboração da lei orçamentária, colide com o disposto no artigo 165, inciso III, da Constituição de 1988. 4. A declaração de inconstitucionalidade dos artigos 2º e 3º da lei atacada implica seu esvaziamento. A declaração de inconstitucionalidade dos seus demais preceitos dá-se por arrastamento. 5. Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei n. 10.238/94 do Estado do Rio Grande do Sul" (RTJ 200/1065).

Pelo exposto, resta configurada a inconstitucionalidade do Projeto de Lei n. 69/2021.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto em tela está em desacordo com o ordenamento jurídico, nos termos a seguir expostos.

A proposição em questão viola o art. 88, II, "d", da LOMBH que prevê como iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre atribuições ou estabeleçam obrigações a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

órgãos pertencentes à estrutura administrativa do Município.

Art. 88 - São matéria de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

II - do Prefeito:

d) a criação, organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública, exceto as da Defensoria do Povo;

De tal modo, entendo pela ilegalidade do Projeto de Lei n. 69/2021.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com as exigências impostas pelo Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 69/2021.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 69/2021.

Belo Horizonte, 5 de abril de 2021.

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

RELATORA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 05/04/21
Hora: 14:16

PARECER EM 1º TURNO PROJETO DE LEI N. 72/2021 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa o Projeto de Lei n. 72/2021, de autoria da Vereadora Duda Salabert que “Institui a Semana Municipal dos Povos Indígenas”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa instituir “a Semana Municipal dos Povos Indígenas, a ser comemorada, anualmente, no período de 09 a 15 de agosto”, a fim de “promover política de apoio e incentivo a indígenas, garantindo espaços de exposições, fomento e difusão nos diversos territórios do Município”.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de controle de constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I e II, da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

E o art. 171, inciso I, alínea “d” da Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe: “Art. 171. Ao Município compete legislar: I – sobre assuntos de interesse local, notadamente.”.

Com efeito, a Constituição da República e a Constituição Estadual vigentes não contém nenhuma disposição que impeça o Poder Legislativo de legislar sobre a fixação de datas comemorativas, nem tal matéria foi reservada com exclusividade ao Executivo ou mesmo situa-se na esfera de competência legislativa privativa da União.

Sendo assim, a fixação de datas comemorativas por lei municipal não excede os limites da competência e autonomia legislativa de que foram dotados os municípios.

Ademais, a proposição em questão não cria atribuições ou estabelece obrigações a órgãos pertencentes da estrutura administrativa do Município, o que implicaria em vício de iniciativa por violação ao art. 66, III, “f”, da Constituição Estadual, que prevê essas atribuições como de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.

Sendo assim, em que pese no mérito meu posicionamento seja contrário ao presente projeto, me atentando apenas à competência desta Comissão, não vislumbro vício de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais. Por tal razão, concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 72/2021.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto em tela está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta qualquer violação à legislação vigente sobre o tema.

De tal modo, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 72/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com as exigências impostas pelo Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 72/2021.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 72/2021.

Belo Horizonte, 5 de abril de 2021.

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
RELATORA



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 900/19

Relatório

O Projeto de Lei nº 900/19, que “Dispõe sobre a divulgação dos direitos da pessoa com neoplasia maligna (câncer)”, de autoria do vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre essas, cabe destacar:

- a substituição, no art. 1º do projeto, da palavra “instituída” pela palavra “determinada”, a fim de conferir ao texto maior clareza, precisão e coerência;
- a substituição, no art. 2º do projeto, da palavra “site” pela expressão “sítio eletrônico”, para adequação às convenções linguísticas adotadas nesse Legislativo;
- a inserção, no inciso VII do art. 2º do projeto, da sigla “SFH” após a forma expandida do nome, para conferir ao texto clareza e precisão;
- a substituição, no inciso X do art. 2º do projeto, da sigla “LOAS” pela sigla “BPC”, para adequação da sigla à forma correta da expressão “Sistema Financeiro de Habitação”. Importante esclarecer que o Benefício de Prestação Continuada, comumente chamado de BPC, é um benefício criado pela Lei Orgânica da Assistência Social - Loas, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Tais adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

CHEF_DIRLEG-05/abr/21-14:51:32-000987-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 900/19.



PROJETO DE LEI Nº 900/19

Dispõe sobre a divulgação dos direitos da pessoa com neoplasia maligna (câncer).

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica determinada, no Município, a divulgação dos direitos da pessoa com neoplasia maligna (câncer) e dos números de telefone para informações.

Art. 2º - A divulgação de que trata o art. 1º desta lei deverá ser feita em todos os sítios eletrônicos públicos e publicada nos órgãos públicos de alta frequência popular, de modo a facilitar o acesso e a visibilidade ao público.

Parágrafo único - A divulgação a que se refere o *caput* deste artigo conterá informações a respeito dos seguintes direitos da pessoa com neoplasia maligna:

I - aposentadoria por invalidez;

II - auxílio-doença;

III - isenção de Imposto de Renda - IR - na aposentadoria;

IV - isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - na compra de veículos adaptados;

V - isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - na compra de veículos adaptados;

VI - isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - para veículos adaptados;

VII - quitação de financiamento de imóvel pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH;

VIII - saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IX - saque do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep;

X - Benefício de Prestação Continuada - BPC;

XI - cirurgia plástica reparadora de mama.

Art. 3º - O Executivo regulamentará esta lei, no que couber.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

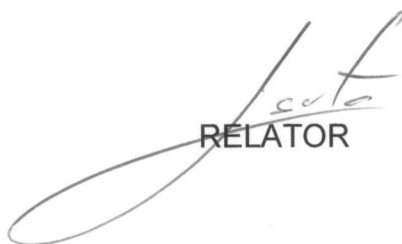


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, ____/____/____


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 919/20

Relatório

O Projeto de Lei nº 919/20, que “Consolida legislação sobre os símbolos oficiais do Município de Belo Horizonte”, de autoria da Comissão Especial de Estudo - Racionalização do Estoque de Normas do Município, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 1 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 919/20.

CHBH_DIRLEG-05/abr/21-13:54:44-000985-1



PROJETO DE LEI Nº 919/20

Consolida legislação sobre os símbolos oficiais do Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta lei consolida a legislação sobre os símbolos oficiais do Município.

Art. 2º - São símbolos oficiais do Município:

I - a sabiaúna (*Platycichla flavipes* En), ave-símbolo;

II - a quaresmeira (*Tibouchina* spp), árvore-símbolo;

III - o mico-estrela (*Callithrix penicillata*), símbolo ecológico;

IV - o brasão de armas;

V - a bandeira;

VI - o hino.

Parágrafo único - O hino a que se refere este artigo será escolhido mediante concurso público ou contratação de artistas de renome, conforme definir o Executivo, respeitada a legislação federal pertinente.

Art. 3º - A instituição ou a modificação de símbolo oficial do Município deverá ser feita por meio de alteração a esta lei.

CAPÍTULO II
DA SABIAÚNA, DA QUARESMEIRA E DO MICO-ESTRELA

Art. 4º - O Executivo, por meio do órgão a que couber em sua estrutura organizacional, promoverá campanhas elucidativas sobre a relevância das espécies de que tratam os incisos I a III do art. 2º desta lei em programas educativos sobre a necessidade de se preservar o meio ambiente e de serem reconstituídas as áreas verdes degradadas.



Parágrafo único - as campanhas a que se refere o *caput* deste artigo serão promovidas nas seguintes datas:

I - no Dia da Ave, 5 de outubro, para a sabiáuna;

II - no Dia da Árvore, 21 de setembro, para a quaresmeira;

III - no Dia do Animal, 4 de outubro, para o mico-estrela;

IV - na Semana do Meio Ambiente, para as espécies a que se referem os incisos I a III deste parágrafo único.

Art. 5º - As ações da Prefeitura em matéria correlata ao meio ambiente deverão incluir a elaboração de plano de manejo em defesa de ambiente propício à vida e à proliferação da sabiáuna, da quaresmeira e do mico-estrela.

CAPÍTULO III DO BRASÃO DE ARMAS

Art. 6º - O brasão de armas de Belo Horizonte tem a seguinte descrição: escudo português, lembrando a origem da nacionalidade brasileira; em campo de blau, um sol nascente de ouro surgindo do lado esquerdo da Serra do Curral del Rei, de sinople; em chefe de ouro, um triângulo equilátero de goles, símbolo do anseio de liberdade dos inconfindentes mineiros de 1789; no listel de goles, em letras de prata, à direita, a legenda "17.12.1893" e, à esquerda, a legenda "12.12.1897" - datas, respectivamente, da criação e da instalação da nova capital do Estado de Minas Gerais, ladeando o topônimo de Belo Horizonte; por timbre, uma coroa mural de 5 (cinco) torres, característica privativa de Município capital de Estado.

Art. 7º - A construção geométrica, a aplicação de cores e a configuração monocromática oficiais do brasão de armas de Belo Horizonte são as elaboradas pela Assessoria de Planejamento e Coordenação da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH, com base em pesquisa histórica e bibliográfica, a partir de seu atual modelo e de acordo com as modificações legais pertinentes.

Parágrafo único - A CMBH encaminhará cópia da construção geométrica, da aplicação de cores e da configuração monocromática oficiais do brasão de armas de Belo Horizonte aos seus próprios arquivos e aos da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Belo Horizonte, do Museu Histórico Abílio Barreto e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Art. 8º - Os papéis oficiais dos órgãos públicos municipais que forem confeccionados a partir da data de publicação desta lei deverão conter o brasão de armas de Belo Horizonte.

Parágrafo único - Os papéis oficiais já existentes quando da publicação desta lei poderão ser utilizados até o seu integral consumo.

Art. 9º - O Município poderá utilizar, em seus papéis não oficiais e bens, e também nos meios de comunicação de que fizer uso, logotipo distinto do brasão de armas, além de outros símbolos previstos em lei.

§ 1º - Os poderes do Município poderão adotar logotipos diversos para os órgãos que os compõem, bem como para as campanhas ou eventos que venham a promover.

§ 2º - O logotipo a que se refere o *caput* deste artigo será criado por decreto ou deliberação da Mesa Diretora, conforme seja para órgão, campanha ou evento do Executivo ou do Legislativo, respectivamente.

§ 3º - É vedada a adoção de logotipo que:

I - represente publicidade de autoridade, servidor ou partido político;

II - seja relacionado com a campanha eleitoral em que se elegeu o prefeito, em caso de órgão, campanha ou evento do Executivo, ou com os membros da Mesa Diretora.

CAPÍTULO IV DA BANDEIRA

Art. 10 - A bandeira do Município fica instituída por esta lei, com o seguinte desenho e forma: um retângulo em branco com 19M (dezenove módulos) de largura por 13M (treze módulos) de altura; ao centro, o brasão de armas do Município, com 6M (seis módulos) de altura e debrum com 0,3M (três décimos de módulo).

Parágrafo único - As proporções a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser observadas independentemente do tamanho da bandeira.

Art. 11 - A bandeira em tecido será executada a partir de um modelo básico, com 45cm (quarenta e cinco centímetros) de largura.

CAPÍTULO V



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Ficam revogadas as seguintes leis, que passam a integrar esta consolidação:

I - Lei nº 6.065, de 9 de janeiro de 1992;

II - Lei nº 6.096, de 9 de janeiro de 1992;

III - Lei nº 6.112, de 21 de fevereiro de 1992;

IV - Lei nº 6.938, de 16 de agosto de 1995.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Belo Horizonte, 05 / 04 / 21


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 38/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 38/21, que “Dá o nome de Rua Vicente Ferreira de Queiroz à Rua Dez, código logradouro 108538”, de autoria do vereador Irlan Melo, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos, das quais destaca-se a inclusão do nome provisório do logradouro, por este designá-lo no Sistema de Informações Urbanísticas e Endereços - Siurbe - da Prefeitura de Belo Horizonte.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 38/21.

CMBH_DIRLEG-05/abr/21-14:42:08-000986-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 38/21

Dá o nome de Vicente Ferreira de Queiroz à
Rua Dez, no Bairro Novo das Indústrias.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Vicente Ferreira de Queiroz a Rua 3364, conhecida
como Rua Dez, código 108538, no Bairro Novo das Indústrias.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, ____/____/____

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 71/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 71/21, que “Ratifica o protocolo de intenções firmado entre Municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do coronavírus, medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde”, de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 71/21.

CH64 DIRLEG-12/abr/21-11:06:42-001040-1



PROJETO DE LEI Nº 71/21

Ratifica o protocolo de intenções, firmado entre Municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do coronavírus, além de medicamentos, insumos e equipamentos na área da Saúde.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica ratificado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o protocolo de intenções, firmado entre Municípios de todas as regiões da República Federativa do Brasil, visando precipuamente à aquisição de vacinas para combate à pandemia do coronavírus, além de outras finalidades de interesse público relativas à aquisição de medicamentos, insumos e equipamentos na área da Saúde.

Art. 2º - O protocolo de intenções, após sua ratificação, converter-se-á em contrato de consórcio público.

Art. 3º - O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica.

Art. 4º - Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/05, podendo ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 12 / 04 / 21


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO